



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

ATA
10.240

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove (28/03/2019), às onze horas, na Sala Tiradentes, Plenário da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul, reuniram-se os Vereadores do Município, para trabalhos relativos à 11ª Sessão Plenária Ordinária, na 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, devidamente convocada para a data e horário acima descritos. Estiveram presentes os Vereadores que assinaram o Livro de Presenças na ordem que segue: **Marquinhos – PSB; Nelson – SD; Cleber – PP; Dra. Imilia – PTB; Jorge – PSD; Adão – PT; Caco – MDB; Ventania – PRB; Raquel – PT, Maninho – MDB e Gervásio – PP.** Após constatar o quórum necessário à realização da Sessão, a Vereadora Raquel do Posto – Presidente da Casa, invocou a proteção de Deus, deu por aberta a mesma e solicitou ao Vereador Gervásio - Secretário, a leitura de um trecho bíblico. Passou-se ao **ESPAÇO DO PEQUENO EXPEDIENTE:** Leitura dos Expedientes Recebidos: Mensagem nº 03/2019; Projetos de Leis Legislativo nº 18/2019 e 19/2019 – Origem da Vereadora Dra. Imilia; Projeto de Emenda Modificativa ao Processo 20927/460/2018 – Origem do Vereador Gervásio. Após a leitura o Vereador Autor, retirou o Projeto de Emenda. Passou-se ao **ESPAÇO DO GRANDE EXPEDIENTE:** Foram dispensados os Requerimentos Verbais. Neste momento assumiu a presidência dos trabalhos o Vereador Maninho – Vice-Presidente da Casa e Presidente da CPI. Passou-se: **Apreciação e votação do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pela Resolução nº 480, de 16 de agosto de 2018, com a finalidade de apuração de fatos nela elencados.** Discutiram o Relatório Final da CPI: **Vereadora Dra. Imilia:** Disse que precisa de esclarecimentos: Primeiro, o que está sendo votado hoje é apenas o Relatório e não a conclusão, ainda não há conclusão? Os Vereadores Maninho e Raquel, afirmaram que a conclusão foi lida na Sessão anterior. Continuando a Vereadora Dra. Imilia, disse que quando foi proposta a CPI envolviam duas situações: a Guarda Municipal e as câmeras de videomonitoramento, no entanto, a situação das câmeras de videomonitoramento não está no relatório. A CPI não foi proposta para condenar Guarda Municipal, pois os guardas agiram com autorização do executivo que tem a ingerência sobre eles, a CPI foi para levantar se de fato ocorreu ou não erros, improbidades administrativas, até porque já havia a denúncia no Ministério Público e ainda está em andamento. Disse que ao ser proposta a CPI no Legislativo, precisam tomar uma linha do que precisa ser feito em relação ao que foi denunciado; consta no relatório que foi pedido informação ao Ministério Público Federal, sobre as denúncias envolvendo a Guarda Municipal e câmeras de videomonitoramento, mas que não houve resposta, então não se sabe se foi encaminhado para o local errado ou o que houve. Solicitou a juntada de documentos ao processo, onde tem a prova de que está em andamento as denúncias feitas ao Ministério Público Federal. Ainda, em cima do que foi constatado e relatado; a Lei Municipal de 2015, que muda a nomenclatura dos guardas de patrimônio para guardas municipais, o interesse era criar uma única guarda, mesmo sabendo que era impossível diante da súmula do STF. Porque a Lei foi criada? Fazendo uma análise se percebe que havia um interesse e não era na Guarda Municipal e sim no Governo Ballin, aumentar repasses das receitas da área segurança pública ao Município, por intermédio da celebração de convênios com órgãos da administração Estadual e Federal, só que esta Lei criou um problema sério, pois deu a garantia do desvio de função; e gostaria de chamar a atenção porque o desvio de função; se é que já não existe; os guardas entrando com ações contra o Município para pagar valores maiores por desvio de função e se houver condenação, nesta CPI tem que ficar definido, tem que haver um inquérito mais profundo na questão do prejuízo que será causado contra o Prefeito e Secretário Municipal de Segurança. Falou sobre



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

o porte de arma de fogo pelos guardas de patrimônio, eles possuem um salvo conduto para portarem essas armas após o trabalho; entende que deve haver uma comunicação ao Ministério Público e a Polícia Federal da ilegalidade do porte de arma durante o trabalho; mas claro que houve uma permissão do Poder Executivo. Também na época o Procurador Tassinari, se valeu deste salvo conduto, dizendo que pertencia a guarda municipal e ganhou autorização do porte de arma; tem que ser enviada ao Ministério Público essa denúncia por uma possível falsidade ideológica, porque ele se valeu de algo que não era verdadeiro, inclusive o Ministério Público fez essa solicitação envolvendo a denúncia ou possível crime de falsidade ideológica e a Prefeitura respondeu que ele não pertencia a Guarda Municipal; então daqui tem que sair essas posições ou a CPI foi pra nada. Falou sobre a questão dos uniformes, que é impossível a guarda de patrimônio se tornar guarda municipal sem concurso público, então tem que haver a diferenciação na questão de vestimenta, a CPI tem que levar esta determinação ao Prefeito, diferenciar os uniformes, pois isso fica registrado a questão do desvio de função. Em relação as multas de trânsito, no Relatório consta que eles fizeram apenas autuação, na realidade foram feitas multas e lançadas no sistema, então tem que haver a devolução das autuadas e/ou aplicadas por quem não poderiam aplicar; também ser feita uma sindicância e encaminhada ao Ministério Público, quem sabe uma ação civil pública contra o Município; além disto o Secretário e Prefeito por improbidade administrativa, eram esses pontos que queria levantar para a CPI não se transformar em pizza. Agradeceu.

Vereador Maninho. Disse que a CPI apresentou 05 (cinco) objetos, não havia um específico, teve boa fé por parte da Comissão inclusive houve a indicação do Vereador Gervásio (denunciante), de investigar tudo aquilo que seria cabível dentro da legalidade da CPI. Entende a Vereadora Dra. Imilia, mas há questionamentos que já estão sanados e encaminhados ao Ministério Público que já está investigando. Ainda, no Processo da CPI não fala em câmeras, dizem que no processo que tramita no Ministério Público Federal está sendo investigado, inclusive foi feito esse pedido ao Ministério Público, mas não foi encontrado. Disse que abriram esta CPI em Plenário e foi falado, divulgado na imprensa que a CPI era aberta, convidaram todos a participar em qualquer momento, inclusive a Vereadora Dra. Imilia, esteve presente quando houve o primeiro depoimento. A CPI não foi uma “caça as bruxas”, para investigar guardas específicos e sim aquilo que foi denunciado especificamente, acredita que teve a maior transparência possível e não se furtaram de investigar qualquer ato que foi colocado no objeto da CPI e os encaminhamentos estão sendo dado e na conclusão consta que serão encaminhados ao Ministério Público. Disse que precisam chegar num denominador comum e como é reivindicação dos guardas, montar um grupo de trabalho, trazer à baila todas as reivindicações e não investigar coisas que já estão sendo investigadas, dar qualidade de trabalho aos guardas municipais até pelo excelente trabalho que eles vem desenvolvendo. Ainda, respondeu ao questionamento da Vereadora Dra. Imilia, sobre a conclusão não estar no sistema; desde o primeiro momento falaram que todo Processo da CPI estava a disposição de qualquer Vereador. Em a parte o Vereador Marquinhos disse que foi lido o Relatório e a conclusão, a Vereadora Imilia, solicitou adiamento de uma Sessão para analisar; foi favorável ao pedido, pois é um direito, mas se a Vereadora e todos os Vereadores concordassem que não fosse lido na próxima Sessão, todos aceitaram. **Vereador Marquinhos.** Iniciou falando que segurança pública é dever do Estado, União e Municípios, mas responsabilidade de todos, isso tem que deixar claro. Disse que a CPI nem objeto tinha e estranhou quando a Vereadora Dra. Imilia, fala sobre salvo conduto, que eles não poderiam utilizar a arma, mas qual o poder que tem o Poder Legislativo para discutir e questionar, poderiam entrar com recurso contra a decisão da Juíza, mas dizer que não era legal uma ordem judicial, portanto “os guardas” estavam amparados e não cometeram nenhuma irregularidade. Questionava a Vereadora Dra. Imilia: *“Qual interesse em colocar guardas*



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

municipais e do patrimônio”. Disse que foi um crítico ferrenho do ex-Prefeito Ballin, tanto que exercendo sua atividade fiscalizatória o denunciou ao Ministério Público, que transformou em denúncia e o ex-Prefeito está condenado, impedido de concorrer, mas não pode concordar com o que diz a Vereadora, que o interesse era do Prefeito. Não era. O interesse foi dos próprios guardas municipais e pela competência do trabalho deles, é isso que interessa para o Poder Legislativo. Exemplo: O Vereador Cleber, no seu trabalho de Conselheiro Tutelar, ficou em cárcere privado. Em a parte o Vereador Cleber disse que, aconteceu uma operação desastrosa da polícia militar e haviam crianças, na ocasião lhe deixaram a merce e com risco de vida e o Motorista na época o senhor Ferraz, fez sua segurança para sair do local. Continuando, o Vereador Marquinhos questionou, naquele momento que o Vereador Cleber corria risco quem o socorreu foi a Guarda e será que ele iria questionar se era guarda municipal ou de patrimônio, por isso quando o projeto veio para esta Casa e não foi por interesse de outros e disse na época que era inconstitucional, mas quando o cidadão está pedindo socorro não lhe interessa se é a guarda ou polícia que está socorrendo, por isso o Projeto foi aprovado por unanimidade, então se os guardas tiverem qualquer espécie de punição, todos os Vereadores da Legislatura passada tem que serem punidos junto, pois aprovando o projeto deram a eles essa legitimidade com base na competência deles. Disse que não quer ver a guarda municipal escondida, praticando a indústria da multa, porque a função do guarda municipal é educativa, se os cidadãos cometerem uma infração devem ser advertidos e na próxima multado, isto é educativo e legal, no entanto, esses guardas prestam excelente serviço, mas parece que viraram bandidos, a começar pelo uniforme e se houve a recomendação do Ministério Público, que se coloque uma tarja. Encerrou dizendo que enquanto o pessoal da Guarda Municipal estiver atendendo os anseios do povo, o qual representamos aqui, nunca vamos entrar no questionamento se isso é legal, pois muitas coisas são legais e são imorais, o importante é que os guardas atendam a população e terão sempre meu voto, porque aqui não é voto constitucional e sim voto político. Agradeceu.

Vereador Gervásio. Disse que em 2015, o Projeto de Lei foi amplamente discutido, na ocasião era chefe de Gabinete do Vereador Volmir Rodrigues, analisaram e na Lei não havia nenhum óbice, tanto que o Vereador Volmir, votou favorável, porque naquele momento a Lei era boa para dar uma legalidade maior amparada pela Lei 13.022 – Estatuto das Guardas Municipal. Disse que quando surgiram as denúncias relacionadas a algumas irregularidades, se sugeriu, por parte de 04 (quatro) Vereadores, Dra. Imilia, Cleber, Gervásio e Jorge a abertura da CPI, pela necessidade de investigar e buscar informações, pois uma das funções do Vereador é legislar e fiscalizar. Apartir da instauração da CPI, aconteceu o trâmite regimental, primeiro houve a escolha dos nomes dos integrantes da CPI, posteriormente em 10/08/2018, teve uma matéria no Jornal Vale dos Sinos, dizendo que Vereadores governistas estavam dominando a CPI, o que resultou por parte dos Vereadores denunciante um sentimento de indignação, solicitaram a participação dos Partidos Políticos e foi reconsiderada a decisão, permitindo a entrada de um dos Vereadores denunciante e por deliberação o nome do Vereador Gervásio, mantendo mesmo critério ético e moral, pois era importante a participação de um dos autores dentro do processo investigatório e como sempre foi dito, nunca foi feito as portas fechadas, inclusive alguns Vereadores participaram em determinados momentos e apenas uma das reuniões não pode estar presente por motivo de saúde. A partir do momento que a CPI começou a fazer seu trabalho, buscando todos os documentos que eram possíveis, informações e dentro do processo investigatório acharam por bem ouvir outras pessoas, entre elas o Comandante Ferraz; o ex-Presidente da Casa Vereador Nelson Brambila, pois havia denúncia quanto a atuação dele, inclusive em uma das oitivas a Vereadora Dra. Imilia estava presente e lhe parabenizou pela qualidade das perguntas. Chegaram ao final do ano e não teriam tempo hábil para concluir os trabalhos, pediram a



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

prorrogação, que vai até o dia 14 de abril. Disse que como parte integrante deste processo é preciso sublinhar o que foi lido na última Sessão (pág. 35) que aponta que houve uma irregularidade, um erro dos guardas municipais de patrimônio, que diz: *“Por fim se concluiu a esse ponto que houve erro nas atribuições dos guardas de patrimônio, quando exerceram prerrogativas privativas de guardas municipais”*, isso foi deduzido através de oitivas, porque autos de infração ou multas deveriam ter sido lavrados pelos guardas municipais de carreira, assim como os boletins de acidentes. Nas (páginas 38 e 39), havia outra preocupação e foram buscar mais informações sobre as armas de fogo e conforme lido no relatório, percebe-se pela leitura da Legislação que concede-se porte de arma de fogo para guarda municipal de carreira, diferente da guarda municipal de patrimônio; entretanto, compulsando os atos de convênio firmado, percebe-se que por mais que preenchesse os requisitos solicitados para o porte de arma, apenas guardas municipais de carreira, poderiam solicitar a concessão do porte funcional, diferente de guarda de patrimônio, pontua isso porque se essas irregularidades, não tivesse sido feito nada, acredita que tivessem uma situação diferente. Em aparte o Vereador Marquinhos, disse que fará um pequeno contraditório, na pontuação das multas, se alguém foi multado é porque cometeu infração e se houve irregularidade é nossa desta Casa, pois demos esse aval, estava avalizado por este Poder e pelo Executivo; ainda discorda da irregularidade quanto ao porte de arma, pois eles tinham o salvo conduto. Continuando o Vereador Gervásio disse que a fala do Vereador Marquinhos, vai ao encontro das buscas de informações que a CPI fez, porque em nenhum momento os Vereadores Jorge, Gervásio, Imilia ou Cleber, falaram que estavam abrindo um processo de “caça as bruxas”, mas que havia denúncias de irregularidade e como agentes públicos tinham o dever de buscar essas informações. Em aparte a Vereadora Dra. Imilia disse que em nenhum momento foram fazer “caça as bruxas”, inclusive o Vereador Marquinhos, coloca que a Lei de 2015, foi pensando na Guarda Municipal, se fosse essa a realidade, os guardas não precisariam estarem passando por essa situação, porque então além da Lei de mudar a nomenclatura, deveria o Município ou Secretário de Segurança ter ido até o fim, ter dado a garantia aos guardas de patrimônio exercerem a mesma função da guarda municipal e fossem discutir na justiça, agora quando foi o Ministério Público fazer a investigação, disseram “perai a gente errou”, como assim e qual era o interesse, era na guarda, precisam que entendam que os Vereadores não estão querendo aquilo que o Vereador Marquinhos colocou, quanto ao papel que os guardas desempenham, o que se busca aqui é além da investigação que seja regularizada a situação e se tiver que ser por concurso que se abra o concurso. Em aparte a Vereadora Raquel disse que para regularizar poderiam ter aberto um grupo de trabalho e discutir com os guardas e não ter aberto uma CPI contra os guardas. Continuando o Vereador Gervásio, disse que o trabalho da Comissão Parlamentar, que chega nos apontamentos concluindo que não há legislação federal que autorize o porte funcional apenas para guardas municipais, diferente de guardas de patrimônio. Então, teve algumas irregularidades e denúncias, mas se vê que foram tomadas várias ações, entre elas foi criado o memorando nº 301/2018, (página 43), os erros dos agentes foram identificados, reconhecidos pela Gestão, publicados oficialmente e abertas sindicâncias para apurar, a partir da criação e instauração do grupo de trabalho e teve resultados práticos dentro da administração, não está defendendo o Prefeito, mas o Executivo Municipal tomou as medidas que precisava e as conclusões estão no Relatório, o Vereador não é um julgador, essas considerações que constam nas conclusões, serão encaminhadas ao Ministério Público, para que possa ser juntado ao processo que já está tramitando, para que o Poder Julgador dê as devidas finalizações. Agradeceu. **Vereador Nelson.** Disse que quando foi aberta esta CPI, houve a escolha de três membros, como diz a Lei, mas foi divulgado nos jornais e os Vereadores reclamaram que não havia nenhum denunciante, enquanto Presidente da Casa,



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

com aval da Procuradoria da Casa e aprovação do Plenário, aceitaram em colocar outro membro (Vereador Gervásio), um dos autores da CPI. Disse que realmente o Prefeito, deveria autorizar e dar uma garantia a eles, mas havia essa garantia em Lei, aprovada por unanimidade nesta Casa, com a teoria do Vereador Marquinhos que guarda não é apenas para abrir e fechar portão, eles teriam que ter autonomia e deram porte de arma pra eles, estavam com salvo conduto, autorizados. Disse que a Vereadora Raquel tem razão, de repente não precisavam abrir uma CPI, poderiam ter aberto um grupo de trabalho, mas sabe-se que há um viés político e tem que ser investigado, inclusive foi alvo de oitiva da CPI, porque o cidadão Sérgio Luiz Lopes, fez nesta Casa a mesma solicitação que posteriormente constava no Processo da CPI, porém em comum acordo com a Procuradoria não autorizaram porque deveria ser feito pelos Vereadores, “este Ex-Vereador (cassado), Ex-policial (expulso), assinou junto a CPI” e aqui ninguém escondeu nada. Disse que a guarda estava autorizada a trabalhar como trabalhou, com salvo conduto, com Lei aprovada e se é inconstitucional ou não, na época a Procuradoria Geral da Casa e Comissão de Legislação, apresentaram pareceres favoráveis e os Vereadores acharam que deveria ser assim. Agradeceu. **Vereador Cleber.** Disse que respeita a opinião dos Vereadores e o Vereador Gervásio, foi muito feliz quando disse que não fizemos “caça as bruxas”. O Vereador Nelson, falou sobre a questão política, é obvio que os Vereadores autores da CPI, não concordam com o Governo e foi necessária ou a guarda municipal estaria do mesmo jeito e se as denúncias já estavam no Ministério Público, faz parte do Poder Legislativo a fiscalização, num primeiro momento os denunciante ficaram fora da CPI, mas posteriormente foi incluído outro Vereador. Disse que houve irregularidades, por isso, não podem deixar de investigar, fiscalizar e contribuir, pois querem uma guarda municipal com mais respeito, coisa que a atual administração não respeitou, inclusive a Vereadora Raquel foi infeliz quando disse que os Vereadores da oposição abriram a CPI para perseguir guarda municipal. A CPI foi aberta para dar dignidade e melhorar o que está equivocado, são todos os resquícios ruins que o Partido dos Trabalhadores deixou nesta cidade. Então, é mentira dizer que a CPI foi aberta para prejudicar guarda municipal e por isso a Presidente da Casa, merece meu repúdio. Em aparte a Vereadora Raquel, disse não ter falado isto. O Vereador Cleber, sugeriu que fosse ouvida a gravação. A Vereadora Raquel disse que sim e que o Vereador está equivocado e deve se acalmar, pois o que falou foi que poderiam ter aberto um grupo de trabalho, conversar com os guardas ver o que eles precisavam e talvez não precisasse ser aberta a CPI. O Vereador Cleber disse que se não tivessem aberto a CPI, este grupo de trabalho nunca ia existir. Em aparte a Vereadora Dra. Imilia disse esperar que além da investigação da promotoria, que o Executivo de fato busque a regularização da guarda de patrimônio na equiparação com a guarda municipal ou do contrário, terão uniforme diferente e não vão poder exercer o mesmo que exerce o guarda municipal, espera que essa discussão faça os guardas não se calarem diante daquilo que buscam e que exerceram durante esse tempo, porque a Lei de 2015, apenas mudou a nomenclatura e o Ministério está ouvindo Prefeito, Secretário e as coisas estão se desenhando de uma forma que serão apenas guarda de patrimônio e terá os guardas municipais, pois não está sendo regularizado equiparação e igualdade. O Vereador Cleber, agradeceu. **Encaminhou a votação o Vereador Gervásio – Favorável.** Disse que a partir da abertura da CPI, houve a busca de informações. Respondeu ao Vereador Nelson, quando ele diz “que foi uma CPI Política”. Podem ter certeza que nenhum dos Vereadores Jorge, Gervásio, Cleber ou Imilia, abriram CPI por questão política, embora sejam Vereadores legitimados pelo voto do povo, o que motivou a abertura da CPI, porque o Poder Legislativo não pode se eximir de investigar fatos como estes que estavam acontecendo, nenhum dos vereadores gostariam de fazer “caça as bruxas”. Investigaram com dedicação e as conclusões, serão encaminhadas ao Ministério Público. Agradeceu. **Vereador Jorge,**



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

encaminhou votação contrário. Disse que trabalhou junto com os guardas municipais e que a CPI foi aberta para “caça as bruxas” ou contra os guardas municipais, mas certamente há irregularidades e os guardas não estão seguros e esta situação vai trazer benefícios. Disse ter votado favorável ao Projeto em 2015, mas alguém sabia que teria Procurador Geral do Município, se beneficiado com a Lei de porte de arma, não querem prejudicar os guardas e acredita que a Lei será ajustada. Agradeceu. **Vereador Nelson encaminhou favorável.** Disse que “não acreditava que tivesse sido aberta uma CPI com viés político”, foi aberta em razão de um trabalho de investigação que já havia no Ministério Público, sabe que o trabalho da Comissão foi bem feito, por isso, vota favorável e se há irregularidades foram pequenas em virtude do tamanho das denúncias, quando foi citado que não deu prosseguimento aos atos do Senhor Sérgio Luiz Lopes, deram todos os atos, apesar de vir dele “Sérgio Luiz Lopes”, que todos sabem o passado dele e o que ele quer, continuaram com o andamento normal, mas por pressão ele não ia conseguir nunca. Agradeceu. **Vereadora Raquel encaminhou favorável.** Esclareceu novamente, que o Vereador Cleber não entendeu muito bem, pois disse que se havia algumas irregularidades, como foi comprovado, porque não foi aberto um grupo de trabalho para discutir com a guarda municipal, não precisa ter sido aberta uma CPI, não falou que foi aberta a CPI para prejudicar os guardas, vota favorável a conclusão do Relatório. **Vereador Cleber encaminhou contrário,** disse com relação a fala da Vereadora Raquel, “se me exaltei, peço desculpas”. Questionou porque o PT não resolveu esta situação em 10 ou 12 anos, porque não foi criado o grupo de trabalho, volta a repetir se não tivesse sido aberta a CPI, estaria a mesma coisa, por isso, vota contrário, porque há inúmeras irregularidades. Agradeceu. **Vereador Maninho** disse que há o grupo de trabalho no Executivo e no Legislativo poderia ter sido aberto pelo Vereador Cleber. **Vereadora Imilia,** disse que foi aberta após a denúncia no Ministério Público. **Vereador Cleber,** disse que está na Câmara a partir de 2017 e o Vereador Maninho está a anos no Governo. **Passou-se a votação do Relatório Final da CPI, sendo aprovado por 07 (sete) votos favoráveis (Raquel, Adão, Caco, Ventania, Gervásio, Nelson e Marquinhos) e 03 (três) votos contrários (Cleber, Dra. Imilia e Jorge), em 1ª discussão e votação.** Reassumiu a presidência dos trabalhos a Vereadora Raquel. **Declarou o voto o Vereador Jorge,** dizendo que tem enorme carinho pela guarda municipal e sabe o trabalho que eles fazem, mas enquanto um dos autores da CPI teria a obrigação de votar contrário, pois há várias dúvidas, inclusive os próprios guardas não tem a certeza e confiança no projeto que foi aprovado nesta Casa, há irregularidades apontadas e também ninguém sabia que Procurador Geral do Município, tinha sido beneficiado. **Vereador Maninho** repetiu que várias vezes foi falado na Tribuna que todos os Vereadores estavam convidados a participar e que a CPI estava a disposição a qualquer momento e não veio nenhum tipo de impugnação ao trabalho, e também nada que pudesse acrescentar. **Vereador Jorge** disse que se não fosse a Vereadora Imilia, levantar a suspeita, o Vereador Maninho não sabia que o Tassinari seria beneficiado. **Vereador Maninho** questionou o Tassinari foi denunciado na CPI. **Vereador Marquinhos** questionou o que os guardas municipais tem a ver se o Procurador da Prefeitura utilizou-se de uma Lei deles para usufruir vantagens. **Vereador Nelson** disse que o Vereador Jorge afirma que se não fosse a Imilia levantar a suspeita. O Senhor (Vereador Jorge), enquanto um dos autores não viu, o senhor depende da Vereadora lhe dizer? **Vereador Jorge** disse que não sabia e tem a humildade de dizer. Mas o senhor sabia desta irregularidade. Neste momento o Vereador Nelson, convocou a Comissão de Legislação e Justiça para terça-feira às 10 horas. Os Vereadores inscritos no **ESPAÇO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS,** transferiram seus tempos. Nada mais havendo a ser tratado, a Vereadora Raquel Moraes (Raquel do Posto) – Presidente da Casa, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Sessão, às onze horas e cinquenta minutos. Determinou a lavratura desta Ata, que será pelo mesmo



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

assinada e pelo Vereador Gervásio Santana – Secretário. Para constar, esta Ata foi devidamente lavrada pelo Serviço de Elaboração e Revisão de Anais e Atas da Divisão de Processos Legislativos. Sala Tiradentes, Sapucaia do Sul, 28 de março de 2019.

RAQUEL MORAES
(Raquel do Posto)
Vereadora Presidente

GERVÁSIO SANTANA
Vereador Secretário

CARLOS EDUARDO SANTANA
(Maninho)
Vereador Vice-Presidente e Presidente da CPI